

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 244.831 mil, correspondente a R\$ 43.248,72 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 256.342 mil. Em 31 de dezembro de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 793.203,85 com aumento de 4.64% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,89%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.759.570 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.583.377 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678

também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 25 de março de 2019.

São Paulo, 25 de março de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b> .....		45.820.103	32.306.361
<b>Disponibilidades</b> .....		34.437	143.050
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	6	21.629.692	21.665.831
Aplicações no mercado aberto.....		21.607.756	21.064.901
Aplicações em moeda estrangeira.....		21.936	600.930
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> .....	7 e 8	15.158.054	5.417.023
Carteira própria.....		8.670.064	2.678.073
Vinculados a compromissos de recompra.....		243.594	59.772
Vinculados à prestação de garantias.....		2.811.319	1.159.220
Instrumentos financeiros derivativos.....		3.433.077	1.519.958
<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b> .....		3.374	52.108
Depósitos no Banco Central.....		3.374	52.108
<b>Operações de crédito</b> .....	9	628.646	641.873
Empréstimo de ações.....		21.531	174.084
Setor privado.....		608.012	468.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(897)	(1.059)
<b>Outros créditos</b> .....		8.363.859	4.383.494
Carteira de câmbio.....	11	7.868.271	3.982.390
Rendas a receber.....		40.310	15.317
Negociação e intermediação de valores.....	10	262.840	97.606
Diversos.....	12a	195.599	288.340
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....		(3.161)	(159)
<b>Outros valores e bens</b> .....		2.041	2.982
Despesas antecipadas.....		2.041	2.982
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		2.858.004	2.407.540
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> .....	8	1.424.545	1.127.722
Instrumentos financeiros derivativos.....		1.424.545	1.127.722
<b>Operações de crédito</b> .....	9	549.634	323.157
Setor privado.....		549.705	324.420
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(71)	(1.263)
<b>Outros créditos</b> .....		883.825	956.661
Diversos.....	12a	893.590	965.033
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	9	(9.765)	(8.372)
<b>Permanente</b> .....		1.271.183	1.306.408
<b>Investimentos</b> .....		1.135.111	1.164.042
Participações em controladas no país.....	13	1.132.940	1.161.871
Outros investimentos.....		2.541	2.541
Provisão para usados.....		(370)	(370)
<b>Imobilizado de uso</b> .....		130.345	136.639
Imóveis de uso.....	14	89.502	89.502
Outras imobilizações de uso.....		123.767	118.294
Depreciações acumuladas.....		(82.924)	(71.157)
<b>Intangível</b> .....	15	5.727	5.727
Outros ativos intangíveis.....		5.727	5.727
<b>Total do ativo</b> .....		<b>49.949.290</b>	<b>36.020.309</b>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b> .....		38.920.362	27.241.281
<b>Depósitos</b> .....	16a	5.102.064	5.436.102
Depósitos à vista.....		176.060	122.477
Depósitos interfinanceiros.....		1.610.263	1.787.753
Depósitos a prazo.....		3.315.741	3.525.872
<b>Captações no mercado aberto</b> .....	16b	7.640.690	7.505.290
Carteira própria.....		242.870	59.608
Carteira de terceiros.....		7.096.471	7.197.183
Carteira livre movimentação.....		262.832	189.308
Captação COE.....		38.517	59.191
<b>Relações interdependências</b> .....		30.262	54.710
Recursos em trânsito de terceiros.....		30.262	54.710
<b>Obrigações por empréstimos</b> .....	17	14.327.908	8.076.520
Empréstimos no exterior.....		14.327.908	8.076.520
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b> .....	8	3.963.181	1.491.300
Instrumentos financeiros derivativos.....		3.963.181	1.491.300
<b>Outras obrigações</b> .....		7.856.257	4.677.359
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		5.494	1.196
Carteira de câmbio.....	11	7.221.717	3.860.685
Sociais e estatutárias.....		9.695	10.556
Fiscais e previdenciárias.....	12b	33.569	202.086
Negociação e intermediação de valores.....	10	360.936	345.198
Diversas.....	12c	224.846	257.638
<b>Exigível a longo prazo</b> .....		6.536.867	4.486.350
<b>Depósitos</b> .....	16a	2.696.891	2.038.228
Depósitos interfinanceiros.....		50.134	-
Depósitos a prazo.....		2.646.757	2.038.228
<b>Captações no mercado aberto</b> .....	16b	230.355	32.188
Captação COE.....		230.355	32.188
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b> .....	8	2.893.804	1.640.075
Instrumentos financeiros derivativos.....		2.893.804	1.640.075
<b>Outras obrigações</b> .....		715.817	775.859
Fiscais e previdenciárias.....	12b	436.036	441.711
Diversas.....	12c	279.781	334.148
<b>Resultados de exercícios futuros</b> .....		1.734	1.624
<b>Patrimônio líquido</b> .....	20	4.490.327	4.291.054
Capital social.....		2.683.481	2.453.982
De domiciliados no país.....		8.670	8.670
De domiciliados no exterior.....		2.445.311	2.445.311
Aumento de capital.....		229.500	-
Reservas de capital.....		42.577	37.624
Reservas de lucros.....		1.776.534	1.801.703
Ajustes de avaliação patrimonial.....		(7.325)	2.686
Ações em tesouraria.....		(4.940)	(4.940)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....		<b>49.949.290</b>	<b>36.020.309</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)									
Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital Social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal				
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b> .....	2.453.981	-	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	(4.940)	4.215.224
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	6.865	-	-	-	-	6.865
Atualização de reservas de capital.....		-	-	807	-	-	-	-	807
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Varição do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	1.066	-	1.066
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	256.342	-	256.342
Distribuição de dividendos (R\$ 33.465,96 por ação).....	20	-	-	-	-	(189.250)	-	-	(189.250)
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.817	-	(12.817)	-	-
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	243.525	(243.525)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b> .....	2.453.981	-	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	(4.940)	4.291.054
Aumento de capital.....	20	-	229.500	-	-	-	-	-	229.500
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	4.953	-	-	-	-	4.953
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Varição do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	(10.011)	-	(10.011)
Juros sobre capital próprio.....	20	-	-	-	-	(270.000)	-	-	(270.000)
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	244.831	-	244.831
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.242	-	(12.242)	-	-
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	232.589	(232.589)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b> .....	2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	(4.940)	4.490.327
<b>Em 30 de junho de 2018</b> .....	2.453.981	-	24.939	12.685	199.224	1.602.479	-	(4.940)	4.471.423
Aumento de capital.....	20	-	229.500	-	-	-	-	-	229.500
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	4.953	-	-	-	-	4.953
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Varição do ajuste ao valor de mercado ...		-	-	-	-	-	(7.325)	-	(7.325)
Juros sobre capital próprio.....	20	-	-	-	-	(270.000)	-	-	(270.000)
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	-	61.776	-	61.776
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.242	-	(12.242)	-	-
Reserva estatutária.....	20	-	-	-	-	232.589	(232.589)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b> .....	2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	(4.940)	4.490.327

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2019.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

**3. Principais práticas contábeis**  
(a) **Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência.  
(b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). • Opções: modelo de precificação Black & Scholes e modelos inteiros, incluindo o modelo Black & Scholes não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apuração previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balanço em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balanço organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.  
(c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos,

deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nºs 2.682 e 4.512 do CMN.  
(d) **Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).  
(e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.  
(f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, civil, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.  
(g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados, conforme estabeleceu a Lei nº 13.169/15.  
(h) **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.  
(i) **Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em
		2018	31 de dezembro
		2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....		1.529.535	3.546.073
Operações de crédito.....		43.476	97.414
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	1.177.969	2.919.383	2.660.512
Resultado das aplicações compulsórias.....		3.111	11.125
Resultado de operações de câmbio.....		304.979	518.151
<b>Despesas da intermediação financeira</b> .....		(1.208.681)	(2.805.785)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(b) Risco operacional** - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição, e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

**(c) Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

**(d) Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

**(e) Gerenciamento de capital** - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes regulatórias e permitindo ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado, utilizando sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 34.437 (2017 - R\$ 143.050) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 21.607.756 (2017 - R\$ 21.064.901) (Nota 6).

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2018	2017
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	21.607.756	21.064.901
Posição financiada.....	14.263.184	13.677.926
Posição financiada.....	7.096.471	7.197.183
Posição vendida.....	248.101	189.792
Aplicações em moeda estrangeira.....	21.936	600.930
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>21.629.692</u>	<u>21.665.831</u>

**7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM****(a) Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2018	Valor de mercado em 2017
<b>Títulos para negociação</b> .....	<b>10.944.133</b>	<b>31.892</b>	<b>10.976.025</b>	<b>3.727.551</b>
Carteira própria.....	7.913.374	7.738	7.921.112	2.678.073
LFT.....	1.014.581	9	1.014.590	-
LTN.....	3.503.848	1.033	3.504.881	260.359
NTN-B.....	211.441	1.352	212.793	65.253
NTN-C.....	341	216	557	498
NTN-F.....	772.039	4.635	776.674	187.286
Cotas de fundos de investimentos.....	2.334.809	-	2.334.809	2.118.840
Ações.....	76.315	493	76.808	45.837
Vinculados à prestação de garantias.....	2.787.079	24.240	2.811.319	989.706
LFT.....	127.967	1	127.968	-
LTN.....	1.917.988	10.264	1.928.252	752.044
NTN-B.....	204.761	1.689	206.450	8.924
NTN-C.....	2.926	369	3.295	3.018
NTN-F.....	501.938	11.917	513.855	225.720
Cotas de fundo de investimentos.....	31.499	-	31.499	-
Vinculados à compromissos de recompra.....	243.680	(86)	243.594	59.772
LTN.....	243.680	(86)	243.594	59.772
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>761.161</b>	<b>(12.209)</b>	<b>748.952</b>	<b>169.514</b>
Carteira própria.....	761.161	(12.209)	748.952	-
Debêntures.....	761.161	(12.209)	748.952	-
Vinculados à prestação de garantias.....	-	-	-	169.514
LTN.....	-	-	-	169.514
<b>Total da carteira de TVM.....</b>	<b>11.705.294</b>	<b>19.683</b>	<b>11.724.977</b>	<b>3.897.065</b>

**(b) Cotas de fundos de investimentos** - As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo)	
	2018	2017
<b>Fundo de investimento - exclusivo</b> .....	<b>2.331.778</b>	<b>2.115.723</b>
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas.....	2.372.424	2.042.978
Ações.....	1.127.597	49.923
LTN.....	193.977	2.685.785
NTN-B.....	1.786.178	-
Credores por empréstimos de ações.....	(997.731)	(739.589)
Direitos por empréstimos de ações.....	262.403	46.859
Mercado futuro.....	15.564	94
Futuro - DI.....	250	47
Futuro - Índice.....	7.998	(15)
Futuro - ISP.....	7.316	62
Outros derivativos.....	(36.397)	(3.608)
Outros derivativos.....	(36.397)	(3.608)
Opções.....	6.140	51.385
Ações.....	30.082	59.032
Ibovespa.....	(10.913)	(9.608)
Flexíveis.....	(13.029)	1.961
Diversos.....	(25.978)	24.850
Valores a receber/a pagar.....	(25.978)	24.850
Disponibilidades.....	25	24
<b>Outros fundos</b> .....	<b>3.301</b>	<b>3.117</b>
<b>Total cotas de fundos de investimento</b> .....	<b>2.334.809</b>	<b>2.118.840</b>

**(c) Composição por prazos de vencimentos - TVM**

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria.....	2.411.617	2.613.222	1.285.021	1.080.106	1.280.098	8.670.064
Vinculados a prestação de garantias.....	31.499	-	694.726	1.389.765	695.329	2.811.319
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	-	243.594	-	-	243.594
<b>Total da carteira - 2018</b> .....	<b>2.443.116</b>	<b>2.613.222</b>	<b>2.223.341</b>	<b>2.469.871</b>	<b>1.975.427</b>	<b>11.724.977</b>
<b>Total da carteira - 2017</b> .....	<b>2.164.677</b>	<b>18.904</b>	<b>536.046</b>	<b>1.101.912</b>	<b>75.526</b>	<b>3.897.065</b>

**8. Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

**(a) Composição por indexador**

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2018	Valor nominal 2017
<b>Operações de swap</b> .....	<b>504.451</b>	<b>2.431.706</b>	<b>28.577.333</b>	<b>30.801.322</b>
Taxa de juros.....	225.412	156.379	9.360.156	3.172.713
Moeda.....	100.283	937.825	5.667.185	12.293.138
Outros.....	192.431	1.337.502	13.549.992	15.335.471
Ajustes prudenciais.....	(13.675)	-	-	-
<b>Operações com opções</b> .....	<b>1.028.271</b>	<b>1.025.173</b>	<b>26.027.801</b>	<b>18.987.909</b>
<b>Compra de opção:</b> .....	<b>1.028.271</b>	<b>-</b>	<b>12.984.909</b>	<b>9.453.753</b>
Compra de dólar.....	995.133	-	8.461.247	5.782.222
Compra de índice de ação.....	11.525	-	337.102	92.445
Compra de ação.....	14.268	-	79.350	958.992
Venda de dólar.....	7.661	-	4.021.560	2.359.732
Venda de índice de ação.....	-	-	-	84.577
Venda de ação.....	1.244	-	85.650	175.785
Ajustes prudenciais.....	(1.560)	-	-	-
<b>Venda de opção:</b> .....	<b>-</b>	<b>1.025.173</b>	<b>13.042.892</b>	<b>9.534.156</b>
Compra de dólar.....	-	886.831	5.570.096	5.859.772
Compra de índice de ação.....	-	12.914	323.873	96.886
Compra de ação.....	-	16.548	126.686	865.453
Venda de dólar.....	-	107.754	6.988.619	2.476.482
Venda de índice de ação.....	-	-	-	87.221
Venda de ação.....	-	1.126	33.618	148.342
<b>Operações com futuros</b> .....	<b>25.012</b>	<b>62.404</b>	<b>58.032.207</b>	<b>86.666.745</b>
<b>Posição comprada</b> .....	<b>19.239</b>	<b>55.656</b>	<b>31.585.819</b>	<b>37.837.276</b>
Cupom cambial - DDI.....	14.111	42.690	17.482.437	11.353.350
DI de 1 dia.....	3.751	169	9.061.009	24.572.452
Moedas.....	277	11.774	3.221.758	959.903
Cupom IPCA.....	1.100	1.023	1.820.615	951.571
<b>Posição vendida</b> .....	<b>5.773</b>	<b>6.748</b>	<b>26.446.388</b>	<b>48.829.469</b>
Cupom cambial - DDI.....	846	-	1.134.359	973.192
DI de 1 dia.....	1	6.277	24.824.280	42.487.417
Moedas.....	4.848	-	38.413	4.897.261
Cupom IPCA.....	78	471	449.336	471.599
<b>Operações a termo</b> .....	<b>2.786.648</b>	<b>2.786.564</b>	<b>2.786.736</b>	<b>842.849</b>
Posição comprada - títulos.....	1.402.757	1.402.845	1.402.845	424.188
Posição vendida - títulos.....	1.383.891	1.383.719	1.383.891	418.661
<b>Outros derivativos</b> .....	<b>538.252</b>	<b>613.542</b>	<b>26.544.379</b>	<b>17.682.975</b>
Moedas.....	488.480	570.011	25.491.607	17.009.564
Commodities.....	4.334	4.319	48.011	118.403
Outros.....	47.157	39.212	1.004.761	555.008
Ajustes prudenciais.....	(1.719)	-	-	-

1 Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

**(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
<b>Ativo</b> .....	<b>4.714.103</b>	<b>143.519</b>	<b>4.857.622</b>	<b>2.647.680</b>
Operações de <i>swap</i> .....	468.878	35.773	504.451	756.878
Operações a termo.....	2.786.736	(88)	2.786.648	842.987
Prêmio de opções.....	910.289	117.982	1.028.271	714.578
Outros derivativos.....	548.200	(9.948)	538.252	333.237

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
<b>Passivo</b> .....	<b>6.625.102</b>	<b>231.883</b>	<b>6.856.985</b>	<b>3.131.375</b>
Operações de <i>swap</i> .....	2.332.088	99.618	2.431.706	1.099.988
Operações a termo.....	2.786.736	(172)	2.786.564	842.807
Prêmio de opções.....	912.810	112.363	1.025.173	718.277
Outros derivativos.....	593.468	20.074	613.542	470.303

**(c) Composição do valor nominal por vencimentos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i> .....	2.777.341	7.126.730	6.400.629	12.272.633	28.577.333	30.801.322
Operações com opções - comprada.....	1.460.770	6.137.524	1.833.974	3.552.641	12.984.909	9.453.753
Operações com opções - vendida.....	1.573.363	6.281.441	1.635.447	3.552.641	13.042.892	9.534.156
Operações de futuros - comprada.....	6.247.270	13.442.199	4.905.164	6.991.186	31.585.819	37.837.276
Operações de futuros - vendida.....	9.622.070	7.501.463	4.832.071	4.490.784	26.446.388	48.829.469
Operações a termo - comprada.....	1.402.845	-	-	-	1.402.845	424.188
Operações a termo - vendida.....	1.383.891	-	-	-	1.383.891	418.661
Outros derivativos.....	9.508.282	10.981.169	5.823.574	231.354	26.544.379	17.682.975

**(d) Valor nominal por local de negociação**

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i> .....	5.708.375	22.868.958	28.577.333	30.801.322
Operações com opções - comprada.....	52.169	12.932.740	12.984.909	9.453.753
Operações com opções - vendida.....	47.473	12.995.419	13.042.892	9.534.156
Operações de futuros - comprada.....	31.585.819	-	31.585.819	37.837.276
Operações de futuros - vendida.....	26.446.388	-	26.446.388	48.829.469
Operações a termo - comprada.....	-	1.402.845	1.402.845	424.188
Operações a termo - vendida.....	-	1.383.891	1.383.891	418.661
Outros derivativos.....	-	26.544.379	26.544.379	17.682.975

**(e) Valor nominal por contraparte**

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i> .....	-	12.454.010	4.889.443	5.525.505	5.708.375	28.577.333	30.801.322
Operações com opções.....	310.499	17.178.065	4.427.597	4.011.998	99.642	26.027.801	18.987.909
Operações de futuros.....	-	-	-	-	58.032.207	58.032.207	86.666.745
Operações a termo.....	-	-	671.163	2.115.573	-	2.786.736	842.849
Outros derivativos.....	24.214	19.360.414	2.075.122	5.084.629	-	26.544.379	17.682.975

**(**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**14. Imobilizado de uso:** "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.299 (2017 – R\$ 43.299) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2017 – R\$ 46.203). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 82.115 (2017 – R\$ 84.391), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 39.294 (2017 – R\$ 32.138).

**15. Ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2017 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2017 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecidas no resultado nos exercícios de 2018 e 2017.

**16. Depósitos e captações**

**(a) Depósitos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos à vista.....	176.060	-	-	-	176.060	122.477
Depósitos interfinanceiros.....	1.610.263	-	11.070	39.064	1.660.397	1.787.753
Depósitos a prazo.....	892.771	2.422.970	986.895	1.659.862	5.962.498	5.564.100
<b>Total</b>	<b>2.679.094</b>	<b>2.422.970</b>	<b>997.965</b>	<b>1.698.926</b>	<b>7.798.955</b>	<b>7.474.330</b>

**(b) Captações no mercado aberto**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017
Operações compromissadas carteira própria.....	242.870	-	-	242.870	59.608
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	7.096.471	-	-	7.096.471	7.197.183
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	262.832	-	-	262.832	189.308
Captações COE.....	3.278	35.239	230.355	268.872	91.379
<b>Total</b>	<b>7.605.451</b>	<b>35.239</b>	<b>230.355</b>	<b>7.871.045</b>	<b>7.537.478</b>

**17. Obrigações por empréstimos no exterior:** São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 14.327.908 (2017 – R\$ 8.076.520) com vencimentos entre janeiro de 2019 e agosto de 2019. Em dezembro de 2017, as operações possuíam vencimento até agosto de 2018. As taxas de juros variam de 1,64% até 2,65% ao ano (2017 – 0,8% até 1,46%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2018, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Platx. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizadas com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descaçamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 2.694 (2017 – aumento de R\$ 1.720).

**18. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

**(a) Composição dos saldos patrimoniais**

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	655.913	658.196	436.036	441.711
Cíveis.....	21.655	21.641	69.613	100.154
Trabalhistas.....	12.623	15.543	37.601	39.307
<b>Total</b>	<b>690.191</b>	<b>695.380</b>	<b>543.250</b>	<b>581.172</b>

**(b) Movimentação dos saldos patrimoniais**

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em 2018	Total em 2017
	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas		
Saldo inicial.....	100.154	39.307	441.711	581.172	538.114	
Despesas financeiras – juros.....	7.759	2.311	10.742	20.812	30.796	
Constituições.....	-	7.439	40.626	48.065	66.870	
Anistia.....	-	-	(21.940)	(21.940)	(15.377)	
Reversões.....	(38.297)	(7.969)	(5.238)	(51.504)	(31.013)	
Pagamentos.....	(3)	(3.487)	(29.865)	(33.355)	(8.218)	
<b>Saldo final</b>	<b>69.613</b>	<b>37.601</b>	<b>436.036</b>	<b>543.250</b>	<b>581.172</b>	

**(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No momento, aguarda-se o encerramento dos casos incluídos no referido Programa, mediante a conversão de depósitos judiciais em renda em favor da União, levantamento de depósitos judiciais e/ou demais expedientes no âmbito do Poder Judiciário para baixa definitiva dos casos. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

**(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes:** A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 112.339); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.615 (2017 – R\$ 28.589); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 881 (2017 – R\$ 868); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários para os anos de 2010 a 2012 R\$ 39.553 (2017 – R\$ 38.743); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.403 (2017 – R\$ 11.517).

**(e) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 145.930 (2017 – R\$ 163.526).

**(f) Ações cíveis:** O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 322 (2017 – R\$ 5.318).

**19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias.....	255.637	393.516
Contingências.....	24.539	62.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8.512	7.810
Provisão para honorários advocatícios.....	5.993	5.556
Provisão para participação nos lucros.....	60.175	67.292
Marcação a mercado – Disponíveis para venda.....	4.883	-
Marcação a mercado – TVM e derivativos.....	97.480	176.571
Unidades de ações restritas – RSU.....	52.351	68.228
Outros.....	1.704	5.478
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas.....	88.001	-
<b>Total de créditos tributários – ativo</b>	<b>343.638</b>	<b>393.516</b>
IR diferido – MTM – passivo.....	-	1.791

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 68.788 (2017 – R\$ 159.086) sobre diferenças temporárias e R\$ 88.001 (2017 – R\$ 64.366) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 206.667 (2017 – R\$ 27.190) sobre diferenças temporárias. Em 2017 foi realizado R\$ 64.366 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 2018 para IR diferido passivo foi realizado o valor de R\$ 1.791. Em 2017 para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 587. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 343.638 é estimada em 47% no 1º ano, 18% no 2º ano, 17% no 3º ano, 8% no 4º ano, 3% do 5º ao 6º ano e 1% do 7º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 291.283 (2017 – R\$ 290.531). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 24.375 (2017 – R\$ 40.238). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros</b> .....	<b>359.345</b>	<b>289.111</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b> .....	<b>(270.000)</b>	-
<b>Resultado ajustado</b> .....	<b>89.345</b>	<b>289.111</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(40.205)	(130.100)
Resultado de participação em controladas.....	54.432	56.336
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(25.611)	(9.912)
Compensação ativo fiscal diferido.....	-	64.366
Efeito CSLL (5%).....	(17.154)	(21.644)
Contingências IRPJ.....	(14.765)	-
IRPJ e CSLL de períodos anteriores.....	(44.988)	493
Outros.....	(26.223)	7.692
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(74.309)	97.331
<b>Resultado de IRPJ e CSLL no exercício</b>	<b>(114.514)</b>	<b>(32.769)</b>

**20. Patrimônio líquido:** O capital social está dividido em 5.661 (2017 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017 – 5.470) ordinárias e 191 (2017 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3 (j)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente aos acionistas. O aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**21. Transações com partes relacionadas:** **(Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

**(a) Transações com entidades do Grupo**

	2018	2017	2018	2017
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidade em moeda estrangeira</b> .....	<b>6.478</b>	-	<b>142.319</b>	-
JP Morgan Chase Bank London.....	5.798	-	15.675	-
JP Morgan Chase Bank National Association.....	-	-	126.644	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico.....	680	-	-	-
<b>Aplicação em moeda estrangeira</b> .....	<b>21.936</b>	<b>40.378</b>	<b>600.930</b>	<b>5.425</b>
JP Morgan Chase Bank National Association.....	21.936	40.378	600.930	5.425
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b> .....	<b>167.999</b>	<b>8.331</b>	<b>59.653</b>	<b>493.374</b>
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	38.279	12.795	1.630	595
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	75.707	-	-	-
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(15.488)	6.341	(6.274)	145
Lawton Multimercado.....	69.501	(10.805)	64.297	492.634
<b>Serviços prestados a receber</b> .....	<b>15.788</b>	<b>229.428</b>	<b>10.484</b>	<b>173.884</b>
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	105	1.258	105	1.258
JP Morgan Chase Bank National Association.....	5.508	47.267	1.406	34.304
J.P. Morgan Securities LLC.....	2.409	71.063	2.381	45.826
J.P. Morgan S.A DTVM.....	1.917	10.775	926	10.759
J.P. Morgan CCVM S.A.....	2.271	25.075	1.296	15.041
JP Morgan Asset Management (Europe).....	-	1.667	182	1.586
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	-	8.165	-	11.642
Lawton Multimercado.....	3.578	46.870	3.419	39.328
JP Morgan Limited.....	-	-	769	14.053
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch.....	-	-	17.288	-
<b>Outros valores a receber/ (a pagar)</b> .....	<b>6.895</b>	<b>(7.584)</b>	<b>(3.539)</b>	<b>(6.648)</b>
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(3.372)	-	-	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	(4.568)	(4.260)	-	(1.410)
JP Morgan Chase Bank, National Association.....	15.011	(4.752)	(3.539)	(575)
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	18	-	-	-
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	(443)	1.428	-	-
J.P. Morgan Securities PLC.....	-	-	-	(6.958)
JP Morgan Corp. Financiara.....	-	-	-	(127)
JPMC Holdings LLC.....	-	-	-	2.422
Lawton Multimercado.....	137	-	-	-
<b>Depósitos à vista</b> .....	<b>(9.893)</b>	-	<b>(4.115)</b>	-
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	(25)	-	(24)	-
Lawton Multimercado.....	(25)	-	(27)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	(528)	-	(210)	-
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio.....	(390)	-	(7)	-
HCM Participações Brasil Ltda.....	(239)	-	(266)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(2.166)	-	(1.844)	-
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(114)	-	(69)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil.....	(2.462)	-	(950)	-
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.....	(559)	-	(422)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.....	(171)	-	(83)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	(93)	-	(77)	-
Gaborone Participações Ltda.....	(308)	-	(53)	-
OEP BRASIL Ltda.....	(2.763)	-	(83)	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	(50)	-	-	-
<b>Depósitos a prazo</b> .....	<b>(1.553.484)</b>	<b>(115.658)</b>	<b>(1.470.703)</b>	<b>(74.154)</b>
OEP BRASIL Ltda.....	(141)	(2.723)	(232)	(232)
Gaborone Participações Ltda.....	(2.253)	(138)	(2.481)	(219)
Lawton Multimercado.....	(1.444.424)	(108.505)	(1.320.524)	(62.540)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil.....	(66.955)	(2.330)	(34.535)	(2.520)
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio.....	(23.216)	(1.388)	(23.439)	(2.076)
HCM Participações Brasil Ltda.....	(16.636)	(3.144)	(87.001)	(6.567)
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	-	(3)	-	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	-	(9)	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros</b> .....	<b>(1.610.265)</b>	<b>(119.937)</b>	<b>(1.787.753)</b>	<b>(193.088)</b>
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(793.902)	(66.343)	(944.561)	(108.638)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(465.537)	(32.407)	(508.348)	(51.043)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(350.826)	(21.187)	(334.844)	(33.407)
<b>Obrigações por operações compromissadas</b> .....	<b>(7.339.341)</b>	<b>(353.363)</b>	<b>(7.256.792)</b>	<b>(494.353)</b>
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(57.716)	(1.643)	(59.608)	(2.958)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(168.349)	(6.715)	(219.926)	(7.955)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(16.805)	(2.485)	(38.304)	(2.065)
Lawton Multimercado.....	(5.310.292)	(240.616)	(4.972.582)	(353.585)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	(1.786.179)	(101.904)	(1.966.372)	(127.790)
<b>Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira</b> .....	<b>(14.327.908)</b>	<b>(225.359)</b>	<b>(8.076.520)</b>	<b>(102.591)</b>
JP Morgan Chase Bank, National Association.....	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(1

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**Banco J.P. Morgan S.A.**

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2018, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o

estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2018.

São Paulo, 25 de março de 2019